

A IMAGEM DO POVO NEGRO NO LIVRO DIDÁTICO DO PRIMEIRO CICLO INICIAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

Hayana Crislayne Benevides da Silva
Graduanda de Pedagogia pela UEPB
Hayana_benevides@yahoo.com.br

Mônica Teodosio da Silva
Graduanda de Pedagogia pela UEPB
ednalvamoni@hotmail.com

Margareth Maria de Melo
Profa. Doutoranda pela UERJ/Orientadora pela UEPB
margarethmmelo@yahoo.com.br

O presente trabalho resulta de uma pesquisa em andamento de Iniciação Científica-PIBIC/CNPq que estuda a temática afrobrasileira nos livros didáticos de história do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Campina Grande-PB. A qual objetiva averiguar e analisar como a imagem do/a negro/a está sendo representada nos livros didáticos de história do primeiro Ciclo inicial do Ensino Fundamental, disponíveis e em uso nas escolas públicas da rede Municipal desta cidade, tendo em vista a promulgação da lei 10.639/2003. E de que forma, o ambiente escolar tem contribuído ou não para desconstrução das práticas racistas e discriminatórias, que há séculos tem se perpetuado na sociedade brasileira.

A referida lei tem como finalidade, o reconhecimento e a valorização das chamadas culturas negadas, ou seja, levando em consideração não só o discurso dos dominantes, mas agora também considerando o discurso dos excluídos, pois:

o currículo nacional, ao ser justificado como visando à construção e à preservação de uma cultura comum, tida como básica para o desenvolvimento de um sentimento de identidade nacional, tende a privilegiar os discursos dominantes e a excluir das salas de aula, os discursos e as vozes dos grupos sociais oprimidos visto como não merecedores de serem ouvidos no espaço escolar (MOREIRA, 1996, p. 13).

Conforme esse novo discurso, a lei 10.639/ 2003 contribui para a desconstrução da imagem inferiorizada e estereotipada do negro, que ao longo da história foi sendo constituída e reproduzida pela escola. À mesma que antes reproduziu práticas discriminatórias é convocada nos dias atuais por obrigatoriedade de uma lei, a reformular a sua proposta curricular, visando o reposicionamento da população negra na sociedade. Promovendo assim, políticas de reparações que possam romper com os efeitos de mais de 500 anos de histórias mal contadas, recheadas de preconceitos, discriminação e racismo.

Os livros didáticos ainda apresentam equívocos quanto às representações das imagens dos/as negros/as em que o mesmo é representado de forma caricatural e associado a algo ruim. Para que tais visões sejam superadas, é importante que os/as professores/as conheçam e compreendam a história e a cultura africana e afrobrasileira, visando analisar de maneira crítica os livros didáticos que estão sendo trabalhados em sala de aula.

Dessa forma, fica claro, que para haver a real efetivação da lei 10.639/2003, dependerá de como os objetivos desta lei estão sendo aplicadas nas práticas educativas e no cotidiano escolar. E quais as condições as escolas e os professores estão tendo para sua aplicabilidade.

A metodologia do referido trabalho é de natureza qualitativa e a pesquisa exploratória e descritiva. Em primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental relacionada à temática em estudo. Fundamentamo-nos em documentos oficiais: Parâmetros Curriculares Nacionais volumes V, VIII e X, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana. E ainda em autores como Silva (2011), Moreira (1996), D'Adesky (2009), dentre outros.

No segundo momento da pesquisa foram feitas observações de campo, e aplicações de questionários com os docentes do Ensino Fundamental das escolas públicas municipais de Campina Grande-PB. O objetivo foi identificar os livros didáticos disponíveis e em uso nas escolas. Atualmente, estamos na fase de apuração e análise dos dados dos questionários aplicados aos docentes.

Posteriormente voltaremos em algumas escolas para entrevistar os professores do primeiro ciclo do Ensino Fundamental com o objetivo de identificar como o livro didático é utilizado e para analisar se o mesmo tem contemplado à temática história e cultura africana e afrobrasileira. Esperamos neste segundo momento da pesquisa, esclarecer acerca da forma como as imagens dos/as negros/as são trabalhadas nos livros didáticos.

O negro à margem da escolarização

Nosso sistema educacional por muito tempo reproduziu um modelo de educação que não era nosso, o modelo eurocêntrico, isso culminou em diversas práticas de discriminação, exclusão e racismo que ainda hoje são presentes em nossa sociedade.

No decorrer da história do Brasil é possível constatar vários momentos em que foi negado aos negros o direito à educação. De acordo com (BRASIL, 2004) o decreto de nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, instituía que não seria permitido o acesso de escravos as

salas de aulas e que os adultos negros estudavam dependendo da disponibilidade dos professores, só em 1878, com Decreto nº 7.031- A, foi estabelecido aos negros o período noturno para os estudos.

Esses decretos foram mais uma estratégia de impedir o acesso dos negros à escola. Pois, que condição o negro tinha para aprender depois de um dia exaustivo de trabalho e sem contar que com os pés descalços não poderiam assistir as aulas, mas que condições financeiras eles tinham para poder comprar sandálias? Tais exigências revelam a impossibilidade da aplicabilidade desse decreto.

Depois de séculos de negação da cultura e das contribuições dos negros/as para o desenvolvimento do Brasil, em 9 de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei 10.639/2003, que “altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura AfroBrasileira’, e dá outras providências” (BRASIL, 2004, p.35).

A lei 10.630/2003 implica em mudanças para educação, mudanças essas que dê primazia ao conceito afrobrasileiro e africano. Esta política pública contribui para o processo de formação de identidade e autoestima, tanto dos/as negros/as quanto dos/as não negros/as, uma vez que essa lei, não diz respeito apenas à população negra, mas a todos os brasileiros.

Políticas de reparação voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos (BRASIL, 2004, p. 11).

Neste sentido, é preciso que a escola e as práticas docentes sejam repensadas e reformuladas, sabendo que a escola é socioculturalmente diversa e que hoje, não se pode mais pensar em um modelo de escola e de educação homogênea. As práticas educativas e o currículo escolar devem priorizar os princípios da diversidade, pluralismo cultural e relações etnicorraciais, com específica atenção para os grupos étnicos negros e indígenas. Promovendo, assim, a convivência e o respeito com as diferenças, rompendo preconceitos, silenciamentos e discriminações sociais e etnicorraciais, seja dos negros, indígenas, asiáticos ou qualquer outra cultura que o sujeito seja ou pertença.

Como mostra Silva (2001) ao argumentar sobre o currículo:

O processo de seletividade dos conteúdos curriculares, o currículo oculto, a invisibilidade e o recalque da imagem e cultura dos segmentos sem prevalência histórica, na nossa sociedade, são alguns dos mecanismos produzidos para manter a hegemonia da ideologia dominante. O produto final de todo esse processo está

configurado no currículo eurocêntrico vigente nas escolas brasileiras, em todos os níveis de ensino (SILVA, 2001, p. 141).

Mediante as escolhas dos conteúdos curriculares e o currículo oculto percebe-se que a imagem que prevalece é a dos padrões europeus, sendo assim, não contempla a diversidade cultural e histórica dos alunos, o que produz uma desvinculação de seu mundo concreto, passando a uma coesão de uma cultura dominante, ou seja, a cultura eurocêntrica. Dessa maneira, as pessoas não se reconhecem como pertencentes a sua cultura, negando assim sua identidade.

A escola tem um papel fundamental para a construção dessa nova percepção, de reconhecer o outro em sua diversidade e potencialidade, a lei 10.639/2003 assegura a valorização e o reconhecimento desses povos que tiveram suas culturas negadas, mas para que isso aconteça é necessário que a educação desnaturalize as suas práticas educativas que por tanto tempo disseminou preconceitos, estigmas e discriminações a esses povos.

Nas observações a algumas escolas municipais de Campina Grande-PB, foi possível perceber que apesar da lei 10.639/2003, está às vésperas de fazer 10 anos, ainda hoje em 2012, a maioria dos professores a serem indagados sobre o conhecimento da mesma, responderam que já tinha ouvido falar, mas não sabia de fato do que se tratava. Ou seja, é um processo muito lento, dessa forma fica explícita a necessidade desses professores terem formação, pois é o conhecimento sobre a temática que elucidará as práticas docentes e contribuirá para a desconstrução da imagem marginalizada do negro e de sua história.

A final, a história dos afrobrasileiros e dos africanos não pode se resumir apenas a aspectos da escravidão, pois, a escravidão foi um período da história, mas não a história desse povo, a “África não é uma só, são várias Áfricas. Um continente que produz e produziu diferentes ritmos, histórias e ricas trajetórias” (ARAÚJO, 2003, p.7).

Porém, muitos ainda acreditam que África é um país pobre, povoado somente por negros que morrem de fome, quando na verdade é um continente gigantesco, rico em sua diversidade cultural e histórica, recursos naturais, biodiversidade e vários outros aspectos. Dessa forma, fica claro perceber o quanto os brasileiros são leigos quando se fala da África, e essa falta de conhecimento reflete em várias esferas da sociedade, tomando como exemplo a escola, que através de suas práticas educativas e instrumentos didáticos ainda continuam a associar a África em condições inferiores.

A partir do final da década de 1930, o Decreto-lei 1.006 criou uma Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) a qual tinha como escopo regular a produção e distribuição de

livros didáticos, “marcando, assim, a primeira iniciativa governamental nessa área de política educacional” (WITZEL, 2002, P.12).

Podem-se observar diversas mudanças no decorrer da história do livro didático, até chegar ao atual Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual permite aos professores fazer indicações e escolher o que mais se adeque a sua realidade educacional, o programa permitiu também a reutilização do livro didático.

Segundo o Ministério de Educação (MEC), o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) tem como finalidade subsidiar o trabalho pedagógico dos educadores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica.

Uma nova política do livro começa a ser formulada, a partir da definição de padrões básicos de aprendizagem que devem ser alcançada na educação fundamental. Além dos aspectos físicos do livro, passaram a ser asseguradas a qualidade de seu conteúdo (fundamentação psicopedagógica, atualidade das informações em face do avanço do conhecimento na área, adequação ao destinatário, elementos ideológicos implícitos e explícitos) e sua capacidade de ajustamento a diferentes estratégias de ensino adotadas pelos professores (BRASIL, 1993, p.25).

Essa nova política do livro didático tem como objetivo reajustar os conteúdos mediante a realidade do educando, visando contemplar as necessidades educativas e as mudanças sociais, sendo assim, o livro didático será uma das ferramentas primordiais para os educadores mediar conhecimentos emancipatórios.

O Livro didático é um dos referenciais mais utilizados pelos professores, muitas vezes o único para o trabalho em sala de aula. Porém, alguns apresentam lacunas no que diz respeito às imagens dos/as negros/as e quando contidas é comum observarmos o/a negro/a colocado sempre em desprestígio social e a partir de estereótipos. Nessa perspectiva, é muito importante que os docentes possuam conhecimentos adequados em relação à temática para que possam analisar de forma crítica as imagens que circulam nos livros didáticos e no ambiente escolar.

“O papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado” (BITTENCOURT, 2004, p. 73). Portanto, não pode ser considerado como um instrumento neutro no processo de ensino aprendizagem, sabendo que cada livro é dotado de uma visão de mundo diferente, visões essas carregadas de intencionalidades por um determinado grupo social.

O conteúdo por muito tempo foi considerado como o mais importante no momento de produção do livro didático. A escola ao fazer a escolha do mesmo para se trabalhar, priorizava

o texto escrito e as imagens passavam despercebidas. “Atualmente as obras didáticas estão repletas de ilustrações que parecem concorrer, em busca de espaço, com os textos escritos” (BITTENCOURT, 2004, P. 69). Hoje, já se pode observar toda uma preocupação em torno das imagens contidas nos livros didáticos, sabendo que elas podem contribuir ou não para a construção da identidade, autovalorização e autoestima das crianças. (CIAVATTA; ALVES, 2008, p.22) ainda destaca que, “As imagens nos contam histórias, atualizam memórias, inventam vivências, imaginando a história.”.

Sendo assim, podemos perceber que o fato das imagens dos/as negros/as serem representadas nos livros didáticos como o escravo, tem contribuído para segregação e negação da história e cultura desses povos, pois como nos mostra CHIAVENATO (1999) “(...) o escravismo gerou uma ideologia fundamentada na redução do negro à condição de ser inferior”. E estando em pleno século XXI, essas imagens precisam ser analisadas e reorganizadas, pois a história da África é imensa e não pode dar-se ênfase, apenas a uma fase da história. Então, por que as imagens dos negros nos livros didáticos não mudaram ao longo dos anos? Por que os livros de didáticos permaneceram reproduzindo imagens marginalizadas dos negros/as? Vale salientar que não foram apenas os negros que sofreram com tais depreciações no livro didático, mas também outros grupos étnicos como, por exemplo, os indígenas.

De acordo com D’ADESKY:

Tal reconhecimento adequado da imagem dos grupos negros e indígenas iria sem dúvida contra o desejo daqueles que cultivavam o ideal e homogeneização racial e que acreditam nas virtudes da assimilação cultural como solução para as diferenças étnicas e as desigualdades sócio econômicas (D’ADESKY, 2009, p. 192).

Fazendo uma releitura do processo de escravização e todas as estratégias utilizadas pelos escravocratas, é evidente que, manter imagens dos negros nos livros didáticos, em postura submissa e passiva ao sistema escravista, assegurava a concepção de que o negro aceitou essa postura, legitimando e naturalizando a escravidão.

Por séculos as imagens dos/as negros/as retratadas nos livros didáticos foram mecanismo de estagnação do mesmo na história, as pessoas chegaram a considerar o processo de escravidão como algo natural e acreditaram que hoje não existe mais preconceito. Na aplicação do questionário de pesquisa sobre a referente temática, uma professora disse: “*hoje não tem mais preconceito, isso é coisa do passado*”, ou seja, a incorporação da escravidão levou o sujeito a considerar todo esse processo de atrocidade e todo o tipo de preconceito, racismo que o mesmo ocasionou e que ainda ocasiona como natural.

A partir de nossas observações em algumas escolas municipais de Campina Grande-PB, foi possível perceber que ainda existem diversas formas de preconceito dentro do espaço escolar, sendo notório, nas atitudes de professores, palavras e até pela forma com a qual os alunos se relacionam.

Mediante as leis e as lutas dos movimentos sociais, a história precisa ser contada de outra maneira. No entanto, não basta só emancipar as ilustrações do/a negro/a nos livros didáticos, mas os professores precisam também passar por um processo de formação que permita quebrar as barreiras que tem dentro de si, para a constituição de um novo olhar e compreensão da história. Daí se faz necessário uma abertura para relacionar-se com o outro, o diferente e, assim, estabelecer uma relação recíproca.

Porém muitos professores alegam que a falta de formação é um dos principais fatores que inviabilizam esse trabalho, e muitos não se acham preparados para desenvolver a temática em sala de aula. Como afirma SILVA (2001, p.103): “Os professores do Ensino Fundamental, em grande parte, têm sentido falta, na sua formação, desses conhecimentos”.

Os professores de algumas escolas da rede pública municipal de Campina Grande-PB, ao responderem o questionário explicaram essas dificuldades. Quando se perguntou se sua escola possui material didático e paradidático voltado para a temática da história e cultura da África e afrobrasileira? As respostas foram as mais diversas, a grande maioria tem material, selecionamos uma das respostas para expor aqui seus argumentos:

Existem livros didáticos, paradidáticos, artigos, DVDs. O que estamos precisando é de formação, pois, por falta de conhecimento é raro utilizarmos esse material. Por muitas vezes já tentamos trabalhar com a temática, mas sempre surgem dúvidas por parte dos alunos e muitas dessas não conseguimos tirá-las. Mas sempre que surge uma necessidade como atitudes de racismo, discriminações e também nas datas comemorativas elaboraram alguma coisa em relação ao assunto (Depoimento de um/a docente).

Na análise constatou-se, que as escolas dispõem de materiais didáticos com a presente temática entre outros tipos de recursos, mas os docentes por falta de conhecimento acabam restringindo algum trabalho direcionado a essa temática apenas em datas comemorativas como o 13 de maio dia da abolição da escravatura e 20 de novembro dia da consciência negra. E mesmo nessas datas o assunto é trabalhado de forma breve, sem enfatizar seus reais acontecimentos.

Na visita a uma escola pública de Ensino Fundamental da rede municipal de Campina Grande, com o objetivo de observamos como o dia 13 de maio, era planejado e trabalhado pelos docentes, primeiramente notamos grande resistência por parte da gestão escolar e dos professores, colocando diversos impedimentos para a observação e chegando até a uma

professora nos proibi de observar sua aula sobre o dia da abolição da escravatura, contudo foi possível constatar, que não existe planejamento para o referido dia e por ser uma data próxima ao dia das mães, é comumente esquecida pelos docentes os mesmo acabam dando mais importância ao dia das mães do que ao 13 de maio, e quando é trabalho alguma coisa nessa data, é apresentado aos alunos como um dia de grande festa em que a Isabel “redentora” libertou os escravos.

AVERBUCK (1983) nos mostra que:

A representação humanizada nos livros didáticos é muito importante para a criança negra na construção de sua autoestima e identidade étnico-racial, uma vez que ela se identifica com a representação e não como o real, passando a ver-se através dela. (AVERBUCK apud SILVA, 2011, p.137).

Portanto, a imagem do/a negro/a no livro didático influencia muito a criança, a mesma que ao manusear o livro só observa imagens onde os brancos são tidos como os mais bonitos, bem sucedidos e os/as negro/as em posições inferiores, sujos e feios, não vão querer se reconhecer assim. Isso mostra porque muitas crianças negras, não se identificam como negras. Pois, qual a criança que vai querer se identificar com tais situações? Ninguém quer se associar a algo ruim, portanto é preciso começar a contar a historia do negro de outra maneira, resgatando assim autoestima.

A presença negra é inculcada em nós independentemente da nossa genética e fenótipo, na percepção que somos plurais culturalmente e geneticamente falando, portanto, “é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define”. (BRASIL, 2004, p.15).

Porque não valorizar as heranças culturais africanas, que são tão visíveis em nossa sociedade. Heranças essas que “estão presentes na fala, nos gestos, nas atitudes, nos hábitos e nos costume” (SILVA, 2011, p. 110). São valores tão presentes e ao mesmo tempo conhecimentos tão ausentes.

A história da África e dos afrobrasileiros precisa ser reeditada e recontada na perspectiva da diversidade. História que pode ser contada e vivenciada de diversas maneiras dentro do espaço escolar, como através dos lindos contos, mitos, ressaltando a importância dos grandes personagens da história africana e afrobrasileira, entre outros.

Foi possível observar, algumas mudanças positivas em relação às imagens dos/as negro/as nos livros didáticos, eles estão mais presentes nas ilustrações, há uma maior interação social dos personagens brancos com os negros, e igualdade econômica. As imagens estão contemplando mais a beleza dos seus traços físicos. Porém, percebe-se que ainda

existem diversos livros didáticos nas escolas públicas municipais de Campina Grande, que continuam a associar o/a negro/a, a algo negativo, feio e inferior.

É a partir, das transformações das representações nas imagens dos/as negros/as nos livros didáticos, que os sujeitos passam a reconhecer os traços positivos de sua história. Isso permite construir nas crianças negras como também nas não negras, uma nova percepção da imagem de suas origens e, conseqüentemente, gerar a autoestima e seu autoconceito. Essa transformação é “um grande passo para a construção/ reconstrução da identidade étnico-racial e social da criança negra, bem como para o respeito, reconhecimento e interação com as outras raças/etnias” (SILVA, 2011, p.98).

Sobre a pergunta que: considera relevante o estudo desta temática no currículo escolar? A maioria dos professores reconhece a importância da história e cultura africana e afrobrasileira como podemos perceber nas respostas, destacamos mais uma para ilustrar nosso texto:

Sim, é um começo para se combater o racismo, o preconceito, as diferenças e desigualdades sociais além de fazer parte do cotidiano social. É uma temática muito explorada na mídia em geral e não podemos deixar de trabalhar, pois é a nossa história. Uma temática que além de destacar a formação da população brasileira, é importante para conhecer as contribuições para nossa cultura (Depoimento de um/a docente).

Assim, precisamos exigir dos órgãos competentes o cumprimento da lei de forma efetiva e investir na formação dos/as professores/as são a grande necessidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber nas escolas observadas que a aplicabilidade da lei 10.639/2003 enfrente barreiras nas práticas educativas, em tais escolas, constatamos grande resistência por parte dos docentes e da gestão escolar em relação à temática. Tal resistência faz com que a história e cultura afrobrasileira e africana seja um assunto ausente na aprendizagem dos alunos.

Identificou-se que a falta de formação sobre a temática referida, leva o professor a limitar-se apenas aos aspectos da escravização e as datas comemorativas, restringindo a história dos africanos e dos afrobrasileiros somente a isso. Na observação ao dia 13 de maio, foi notório perceber que quando transmitido tais aspectos para os alunos não nota-se uma problematização e análise crítica, tornando assim, difícil o educando desenvolver-se enquanto cidadão crítico.

O livro didático é um material muito importante, pois o mesmo auxilia nas práticas educativas e na aprendizagem do aluno sendo assim, é primordial que o mesmo possua conteúdos e imagens que promovam o reconhecimento da importância das diversas culturas. E o professor como principal mediador do conhecimento deve estar preparado para trabalhar também com essa temática, pois, como nos mostra (CIAVATTA; ALVES, 2008, p.2008). “(...) é a competência de quem olha que fornece significados à imagem”.

Apesar dos livros didáticos passarem por mudanças significativas ao longo de sua história, ainda hoje é possível encontrar imagens que associem os/as negro/as em condições subalternas, reforçando dessa maneira a discriminação racial. Assim, é primordial a formação dos docentes, para romper com os silenciamentos de séculos de negação da cultura e história afrobrasileira e africana.

Concluimos que as escolas adotam livros didáticos, mas alguns docentes só trabalham a temática afrobrasileira nas datas comemorativas, alegando a falta de formação como principal fator para não desenvolver a temática. Não fica claro como a imagem do povo negro é tratada nos cotidianos escolares. O que é preocupante, pois, o professor como principal condutor de ideias e conhecimentos, deveria contribuir para o rompimento de preconceitos e discriminações.

Esperamos no segundo momento da pesquisa, quando iremos observar e entrevistar o corpo docente esclarecer acerca da forma como as imagens dos/as negros/as são trabalhadas nos livros didáticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Plano decenal de Educação para todos**. Brasília: MEC, 1993.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Repensando o Ensino).

CIAVATTA, Maria; ALVES, NILDA (orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição**. São Paulo: Moderna, 1999. (Coleção polêmica)

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racimos e anti-racismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e sociedade.** 4. ed. rev. São Paulo: Morais, 1986. (Coleção educação universitária).

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa. Os parâmetros curriculares em questão. **Educação & Realidade**, Porto alegre, v.1, n.21, p.9-22, jan./jun.1996.

SILVA, Ana Célia da. **A representação do negro no livro didático: o que mudou?** Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia da. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático.** Salvador. EDUFBA, 2001.

WITZEL, Denise Gabriel. **Identidade e Livro Didático: Movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa.** 2002. 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2002.